

LEI Nº 823/07, DE 04 DE JANEIRO DE 2007.

“Autoriza o Poder Executivo a criar condições para o financiamento aos agricultores familiares no âmbito do Município de Queimados e dá outras providências”

Faço saber que a Câmara Municipal de Queimados APROVOU e eu SANCIONO, a seguinte Lei:

Art.1º- O Poder Executivo fica autorizado a criar o Fundo Público de apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Município de Queimados – FUNDAF, destinado a viabilização e ao desenvolvimento econômico, social e ambientalista sustentável da agricultura familiar, nos termos dos artigos 254 e 255, inciso I, da Constituição Estadual.

Art.2º- O Fundo Público de Apoio e Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Município de Queimados tem por objetivo:

I- assegurar recursos a serem destinados ao financiamento de crédito de custeio e investimento;

II- assegurar recursos destinados à concessão de aval para contratos de crédito rural.

III- assegurar recursos necessários à equalização de taxas de juros e preços de produtos cujos contratos forem realizados pelo sistema de equivalência produto.

Art.3º- Serão beneficiários deste fundo os agricultores familiares individuais e os coletivos de agricultores familiares.

§ 1º- Entende-se por agricultores familiares aqueles que exploram a terra sob o regime de ocupante, proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro, desde que atendam simultaneamente aos seguintes requisitos:

I- utilizar o trabalho direto seu e de sua família, com a contratação de, no máximo, um empregado permanente, sendo permitida a ajuda ou contratação de terceiros quando a necessidade sazonal da atividade agrícola o exigir;

II- Não deter, a qualquer título, área superior a 03 módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor;

III- Ter no mínimo 70% (setenta por cento) da renda familiar proveniente de exploração agropecuária, pesqueira, extrativa, de turismo rural ou agroindustrial;

IV- possuir declaração de aptidão fornecida pelo sindicato de Trabalhadores Rurais do respectivo Município do beneficiário ou pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Município de Queimados.

§ 2º- Entende-se por coletivos de agricultores familiares os beneficiários que atuem sob o regime de economia familiar, de forma associativa, obedecidos os seguintes critérios:

I- Organizações Associativas do tipo- Condomínio, Associações, Cooperativas e outras organizações associativas, tais como grupo de mulheres e jovens agricultores, cujo quadro social seja composta exclusivamente por agricultores familiares associados;

II- Organizações Associativas do tipo- Associações e cooperativas cujo quadro social seja composto de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de agricultores familiares, sendo o repasse de recurso exclusivo para projeto de agricultores familiares associados;

III- no caso de benefício coletivo, o valor considerado será o múltiplo do número de sócios pelo valor máximo individual definido pelo Poder Executivo.

Art.4º- O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Município de Queimados (FUNDAF) poderá ser constituído por:

I- dotações orçamentárias e créditos suplementares que lhe forem consignados;

II- doações, subvenções, contribuições, transferências e participação do Município em acordos, contratos e convênios firmados com instituições, Agências e Organizações nacionais e internacionais, para execução de programas de Fomento da Agricultura Familiar do Município;

III- receitas auferidas com as aplicações financeiras de recursos que os constituem;

IV- retorno dos financiamentos concedidos;

V- empréstimos contratados por antecipação de receitas de Fundo;

VI- outros recursos a serem estabelecidos Por ato do Poder Executivo;

VII- quaisquer recursos que lhe forem destinados de acordo com a Lei.

Art.5º- Os recursos do FUNDAF serão aplicados, preferencialmente, nas seguintes operações:

I- concessão de empréstimos para custeio e investimento para agricultores individuais e coletivos;

II- participação em empreendimentos agropecuários e agro-industriais, realizados por coletivos de agricultores familiares.

Art.6º- O Fundo terá como órgão de administração um conselho Público de Gestão – CPG, paritário e consultivo, composto por representantes das entidades representativas dos beneficiários e dos órgãos públicos, sem remuneração de seus membros.

Art.7º- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, a qualquer tempo, no Orçamento Anual do Município, créditos adicionais necessário para atender as despesas decorrentes desta Lei.

Art.8º- O FUNDAF é um fundo contábil, de natureza financeira, subordinando-se à legislação vigente, no que couber, vinculado ao órgão público municipal competente.

Art.9º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CARLOS ROGÉRIO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL